

## Soberania Alimentar na América Latina: agendas, prioridades e desafios para a sociedade civil

Ivette Tatiana Castilla Carrascal<sup>1</sup>

### Introdução

O interesse pelas questões relacionadas com a soberania e segurança alimentar intensificou-se na última década devido aos efeitos sentidos pela crise alimentar-financeira de 2008 e, mais recentemente, pela pandemia de Covid-19. Em termos de população, entre 713 e 757 milhões de pessoas foram estimadas como subnutridas em 2023, sendo 41 milhões de pessoas na América Latina e Caribe. Segundo a Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES), esta pode ser leve (preocupação com a capacidade de obter alimentos); moderada (onde a qualidade, quantidade e variedade dos alimentos estão em perigo) e grave (subnutrição, fome). Projeções atualizadas mostram que 582 milhões de pessoas sofrerão de subnutrição crônica em 2030, apontando para o imenso desafio de alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número dois, Fome Zero (FAO et al, 2024).<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Professora do Curso de Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB - Campus dos Malês). Pós-Doutorado no Instituto Karl Polanyi de Economia Política na Universidade de Concordia. Doutora em Ciências Sociais pelo Departamento de Estudos Latinoamericanos (ELA) na Universidade de Brasília. Mestre em Sociologia pela mesma universidade. E-mail: [ivette.carrascal@unilab.edu.br](mailto:ivette.carrascal@unilab.edu.br)

<sup>2</sup> Segundo a Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES), esta pode ser leve (preocupação com a capacidade de obter alimentos); moderado (onde a qualidade, quantidade e variedade dos alimentos estão em perigo) e grave (desnutrição, fome). Existem outras formas

De acordo com o Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo de 2024 o indicador de custo de uma dieta saudável (CoHD) fornece estimativas em nível nacional do custo de adquirir a dieta saudável mais barata possível em um país, com variedade de alimentos disponíveis localmente que atendem às necessidades energéticas e nutricionais. Quando se comparam regiões, em 2022 América Latina e Caribe teve o CoHD mais alto sendo de 4,56 dólares por pessoa por dia (FAO et al, 2024).

Há uma década, a América Latina vivia um boom econômico que Svampa (2015) chamou de “consenso dos *commodities*”. Do ponto de vista econômico, este consenso traduziu-se na reprimarização das economias devido ao boom dos preços internacionais das matérias-primas e dos produtos agrícolas, cada vez mais exigidos pelos países centrais e pelas potências emergentes. Como resultado do aumento dos retornos das exportações de produtos primários, houve enormes incentivos para a expansão do extrativismo na América Latina,<sup>3</sup> especialmente relacionados com a exploração mineral e petrolífera (Acosta et al, 2018). Esta nova ordem econômica e político-ideológica consolidava um estilo de desenvolvimento neoextrativista que gerava vantagens comparativas ao mesmo tempo que produzia novas assimetrias e conflitos sociais, econômicos, ambientais e político-culturais (Svampa, 2013).

---

de medir a insegurança alimentar no Brasil, por exemplo, foi desenvolvida a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que avalia a percepção e a experiência com a fome.

<sup>3</sup> Svampa (2019) atualiza e explica as novas dimensões e níveis que o extrativismo (neoextrativismo) teria a partir do século XXI: global, regional e nacional, territorial e político.

A transnacionalização, a apropriação de terras e recursos naturais e a financeirização impactam os regimes alimentares<sup>4</sup> desde a década de 2000 (Niederle e Wesz, 2018).<sup>5</sup> Segundo os autores, um dos vários reflexos desta crise, que afetou diretamente o sistema agroalimentar, foi a migração de grandes investidores dos mercados imobiliário e de crédito para os mercados futuros de commodities e para a compra e aluguel de grandes áreas, intensificando a transformação de terras e alimentos em uma classe de ativos financeiros.

Os efeitos da financeirização têm sido sentidos de forma desigual, segundo Clapp e Isakson (2018, p.2), enquanto as grandes empresas do agronegócio e os investidores financeiros se beneficiam das transformações à medida que seu poder e riqueza aumentam, a maioria dos agricultores e consumidores, bem como planeta, suporta a maior parte dos custos associados a estas mudanças. Canfield et al (2021) afirmam que a sindemia global não é espontânea, mas sim a consequência de uma longa luta pela governação dos sistemas alimentares globais. A obesidade, a desnutrição e as alterações climáticas representam a sindemia global que afeta a maioria das pessoas em todos os países e regiões do mundo. Constituem uma sindemia ou sinergia de epidemias, porque coexistem no tempo e no espaço (Swinburn et al, 2019).

Para Clapp et al (2021), a concentração corporativa resulta em excesso de poder nas mãos de empresas dominantes que lhes permite promover os seus

---

<sup>4</sup> Os regimes alimentares vinculam as relações internacionais de produção e consumo de alimentos com formas de acumulação que distinguem amplios períodos de transformação capitalista desde 1870 (Friedman e McMichel, 1989).

<sup>5</sup> A financeirização é a importância crescente dos mercados financeiros, os motivos financeiros, das instituições financeiras e das elites no funcionamento da economia e das instituições governamentais a nível nacional e internacional (Epstein, 2005, p3).

próprios interesses de formas que podem impor custos a outros atores da sociedade, bem como ao ambiente. A recente iniciativa da Cúpula do Sistema Alimentar das Nações Unidas (UNFSS), realizada em Setembro de 2021, parece seguir uma trajetória em que os esforços para governar os sistemas alimentares globais no interesse público foram subvertidos para manter formas coloniais de controlo e corporativas (Canfield et al (2021). ); Esta Cúpula de 2021 não seguiu o processo de construção das Cúpulas anteriores, convocadas pelo Comité de Segurança Alimentar Mundial (CSA).

De acordo com Fakhri et al (2021), o UNFSS inicialmente contornou a CSA e as regras de envolvimento da Cúpula foram determinadas por um pequeno grupo de intervenientes do setor privado, o Fundo Económico Mundial, cientistas e economistas. O que aponta para soluções voltadas para a agricultura em grande escala (Fakhri et al (2021)). Clapp et al (2021) afirma que a Cúpula ignorou largamente os problemas decorrentes das diferenças de poder entre os intervenientes do sector privado e os cidadãos, incluindo os pequenos produtores de alimentos. Estes objetivos são contrários ao recente relatório do Grupo de Peritos de Alto Nível em Segurança Alimentar e Nutricional (HLPE-FSN), que destaca as vulnerabilidades do sistema alimentar global na sequência da pandemia de Covid-19 e apela a políticas. reformas para construir resiliência do sistema alimentar, incluindo, por exemplo, a promoção da agroecologia e cadeias de abastecimento agrícola mais curtas (HLPE 2020).

Nesse sentido, ao mesmo tempo que a pandemia da Covid-19 mostrou vulnerabilidades estruturais do modelo neoliberal dos sistemas agroalimentares, mostrou também a necessidade de os repensar para que sejam mais descentralizados, equitativos e com características que os tornem

mais democráticos a todos os níveis. (Moragues-Faus (2020); Blay-Palmer et al (2020)). A pandemia também mostrou a resiliência das iniciativas alimentares locais e dos circuitos curtos de comercialização (ACCV, 2021; Mert-Cakal e Miele, 2021); redes agroalimentares (Michel-Villareal et al, 2019), circuitos económicos solidários interculturais (Jiménez (2016); Castilla-Carrascal (2021)), entre outras formas de agricultura alternativa que fortalecem a soberania alimentar.

O objetivo deste artigo é refletir sobre a construção da soberania alimentar na América Latina frente às recentes transformações, novos atores, agendas, prioridades e desafios. Para cumprir com esse objetivo foram realizados três colóquios entre maio e outubro de 2022<sup>6</sup> remotamente com algumas dessas redes e organizações nacionais de países como Colômbia, Equador, Brasil e República Dominicana. A escolha desses países e redes foi motivada pela visibilidade de sua atuação no campo da soberania alimentar, pelo contato prévio com essas organizações em pesquisas anteriores e por representarem uma amostra da potencialidade das redes na região. Foram discutidas questões relacionadas ao entendimento da soberania alimentar de cada organização, movimento ou coletivo, quais as principais ações, desafios, perspectivas e quais outros atores são importantes para a construção de suas ações<sup>7</sup>. Como veremos ao longo deste artigo, a evolução do conceito de

---

<sup>6</sup> Além de dois encontros presenciais, um realizado em Bogotá com atores da sociedade civil e do governo e outro na Cidade do México com acadêmicos. No encontro presencial em Bogotá estiveram algumas organizações como o CRIC, *Coordinador Nacional Agrario*, *Pacto por el Clima*, *Acción Cultural Popular*, *Ministerio de Agricultura de Colombia*, *Ruta Pacífica de las Mujeres*, *Partido Comunes*, entre outros atores.

<sup>7</sup> Estes encontros fizeram parte de um projeto regional denominado “*Sociedad Civil, cooperación internacional e nuevo diálogo entre América Latina e Estados Unidos*” projeto

soberania alimentar tem sido orientada pelas organizações da sociedade civil e, ao longo dos últimos trinta anos, o conceito incorporou suas reivindicações graças à mobilização dos seus principais atores. Essa será a segunda parte do artigo, após esta introdução. A terceira parte apresenta os resultados e discussão e finalmente as considerações finais.

### **Segurança Alimentar e Discussão sobre o Conceito de Soberania Alimentar**

Para compreender a trajetória do conceito de soberania alimentar, podemos começar pelo contraste que existe com o de segurança alimentar. O conceito de segurança alimentar foi concebido num contexto em que os Estados eram os únicos autores da definição e quando havia uma fé tecnocrática na capacidade dos Estados para redistribuir recursos (Patel, 2009). Assim, a primeira definição oficial de segurança alimentar, de 1974, preocupava-se com a disponibilidade em todos os momentos de abastecimento alimentar global adequado de produtos alimentares básicos para sustentar uma expansão constante do consumo de alimentos e compensar as flutuações na produção e nos preços (FAO, 2003).

O conceito teve algumas reformulações, em 1983 a FAO ampliou o conceito e incluiu o acesso para pessoas vulneráveis; Em 1986, foram introduzidas distinções entre segurança alimentar crônica (associada a problemas de pobreza persistente ou estrutural e baixos rendimentos) e segurança alimentar transitória (períodos de pressão devido a desastres naturais, colapso económico ou conflitos); Em 1990, o acesso aos alimentos

---

desenvolvido por três universidades, a *Universidad Torcuato Di Tella* (Argentina), o *Colegio de México* (México) e a *Universidad de Los Andes* (Colombia) com o apoio da Fundação Ford.

passou a ser entendido como comida suficiente, indicando uma preocupação constante com a desnutrição; As preferências alimentares determinadas social ou culturalmente também passam a ser levadas em consideração. Entre a Cúpula Mundial da Alimentação de 1996 e a preparação do Estado de Insegurança Alimentar em 2001, foi adoptada uma definição mais complexa, que inclui o acesso físico, social e económico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos que satisfaçam as necessidades e preferências alimentares para uma vida ativa. e vida saudável (FAO, 2003). Assim, a segurança alimentar estaria inicialmente mais preocupada com a erradicação da fome com base nas suas componentes de disponibilidade de alimentos em quantidades suficientes, acesso a rendimentos e recursos para acesso aos alimentos e ingestão alimentar adequada (Castilla-Carrascal, 2020).

O que tem sido amplamente discutido é que este conceito de segurança alimentar não tem sido suficientemente crítico no que diz respeito aos impactos do sistema agroalimentar, ao acesso à terra, à apropriação de sementes nativas, entre outros. Para Patel (2009), a definição de segurança alimentar da Cúpula Mundial da Alimentação de 1996 evitou a discussão do controle social dos sistemas alimentares e, do ponto de vista estatal, a ausência de especificações sobre como a segurança alimentar deveria ser alcançada foi diplomática, uma vez que introduziu uma linguagem que comprometeu os membros submeter os estados a certos acordos políticos internos teria tornado a tarefa de chegar a acordo sobre uma definição consideravelmente mais difícil.

### ***Soberania Alimentar***

A emergência do conceito de soberania alimentar ocorre a partir de redes de movimentos sociais, em parte, como resposta à proposta de segurança alimentar desenhada pela FAO. Segundo Edelman et al (2014), as origens do conceito de soberania alimentar remontam a um programa do governo mexicano do início da década de 1980 e aos protestos anti-NAFTA no México (Martínez-Torres e Rosset, 2010). Os movimentos camponeses que adotaram a soberania alimentar como programa político no início da década de 1990 enfrentaram ameaças comuns. Entre elas, as aberturas repentinas do mercado juntamente com a eliminação do apoio do sector público aos pequenos agricultores; a consolidação de empresas gigantes de sementes e o aumento dos esforços estatais para reforçar e fazer cumprir a certificação de sementes e as leis de propriedade intelectual com relação ao material genético das culturas; a criminalização do protesto e do tráfico de bens proibidos e o que Martínez-Torres e Rosset descrevem como “disputas territoriais com o capital e o agronegócio” (Martínez-Torres e Rosset, 2014). Autores como Schanbacher (2010) chegam ao ponto de sugerir que a oposição entre soberania alimentar versus segurança alimentar constitui um “conflito global” e outros apontam para esta tensão entre os dois conceitos (Martínez-Torres e Rosset (2014); McMichael (2014)).<sup>8</sup>

Foi em 1996, no Fórum organizado pela CIP, que La Vía Campesina (LVC) levou ao público o conceito de soberania alimentar e afirmou que a alimentação

---

<sup>8</sup> Estes artigos fazem parte de uma coleção de quinze textos sobre Perspectivas Críticas sobre a Soberania Alimentar, publicados no *The Journal of Peasant Studies* Vol.41 No.6 (2014). Resultado de duas conferências na Universidade de Yale (setembro de 2013) e no Instituto Internacional de Ciências Sociais (*International Institute of Social Science- ISS*) em janeiro de 2014.

é um direito humano básico.<sup>9</sup> A declaração final deste fórum foi apresentada na Cúpula Mundial da Alimentação organizada pela FAO e que também decorreu paralelamente em Roma. A soberania alimentar foi proposta como uma reação ao termo segurança alimentar, que era o termo utilizado pela maioria das ONGs e governos quando se falava de alimentação e agricultura (Martínez-Torres e Rosset, 2010). A evolução do conceito de soberania alimentar tem ocorrido principalmente em Conferências Internacionais<sup>10</sup> da LVC e nos Fóruns organizados pelo CIP, um dos fóruns mais importantes foi o Fórum Internacional Nyéléni para a Soberania Alimentar, realizado em Sélingué, Mali (2007).<sup>11</sup>

O conceito de soberania alimentar neste sentido sofre modificações e é reformulado em diálogo com as experiências de conferências e fóruns internacionais:

A soberania alimentar é o direito das pessoas a alimentos saudáveis e culturalmente apropriados, produzidos através de métodos sustentáveis, bem como o seu direito de definir os seus próprios métodos agrícolas e sistemas alimentares. Desenvolve um modelo de produção camponesa sustentável que beneficia as comunidades e seu meio ambiente. Coloca as aspirações, necessidades e modos de vida de quem produz, distribui e consome alimentos no centro dos sistemas alimentares e das políticas alimentares, à frente das exigências dos mercados e das empresas (Declaração Final da 7ª Conferência, 2017 - AB, 2017).

<sup>9</sup> *La Vía Campesina* é um movimento internacional que reúne organizações de pequenos e médios produtores, trabalhadores rurais, sem-terra, mulheres agricultoras, migrantes, comunidades indígenas da África, Ásia, Américas e Europa. Para ver mais: <http://viacampesina.org/es>

<sup>10</sup> Mons, Bélgica (1993), Tlaxcala, México (1996), Bangalore, Índia (2000), São Paulo, Brasil (2004), Maputo, Moçambique (2008), Jacarta, Indonésia (2013) e Derio, País Basco (2017) e Bogotá, Colômbia (2023). Na primeira Conferência estavam 55 organizações de 36 países e hoje são mais de 160 organizações locais e nacionais em 73 países e representam aproximadamente 200 milhões de agricultores.

<sup>11</sup> Contó con más de 500 representantes de más de 80 países. Declaración completa en: [Nyelni\\_SP.pdf](http://Nyelni_SP.pdf) ([nyeleni.org](http://nyeleni.org)) (NYELENI, 2007).

Segundo Pimbert (2019), nas últimas duas décadas, o conceito e as práticas de soberania alimentar têm sido discutidos e debatidos sob a liderança da LVC e com o apoio de um número crescente de outras organizações, movimentos sociais e cidadãos em todo o mundo. mundo (Desmarais e Nicholson, 2013). No entanto, muitas das ideias centrais da soberania alimentar baseiam-se numa longa tradição de história agrária e de lutas camponesas e em influências de correntes de pensamento social agrário, como o coletivismo agrário, o anarquismo social e o pensamento socialista libertário, que consideram os camponeses progressistas. agentes de mudança; a visão marxista de que o capitalismo induz uma ruptura fundamental entre a sociedade e a natureza; estudos camponeses e teoria social agrária; e teoria do pós-desenvolvimento.

Por outro lado, vários autores estudaram as diretrizes da soberania alimentar (Rosset, 2003; McMichel, 2008; Patel, 2009; Edelman, 2014) e concordam que se trata de um processo dinâmico e multidimensional. Alguns deles apontam inconsistências e limites do conceito (Patel, 2009; Bernstein, 2014; Edelman, 2014) e outros veem a soberania alimentar como uma alternativa à economia de mercado (van der Ploeg, 2014) e apontam para a necessidade de mercados que permitem aos pequenos produtores ter renda e aos consumidores uma diversidade de alimentos (Giunta, 2014). Para van der Ploeg (2014) os agricultores precisam de meios e espaço para impulsionar o crescimento agrícola, melhorar os meios de subsistência e aumentar a oferta de alimentos. A autonomia dos mercados de fatores de produção e de crédito “permite que as explorações camponesas produzam para os mercados, sem depender completamente deles”. Edelman et al. (2014) afirma que a única forma

de ser soberano em alimentos é desenvolver redes de agregação, processamento, comercialização e distribuição que, por sua vez, estejam ligadas a outros setores da economia. Os produtores e consumidores de alimentos precisam ser apoiados e integrados numa variedade de fóruns sociais, económicos e políticos que vão muito além da própria comida.

Patel (2009) afirma que não basta considerar apenas as estruturas que podem garantir os direitos que constituem a soberania alimentar, mas também é vital considerar as políticas, processos e políticas substantivas que constituem a soberania alimentar. A análise de Trauger (2014) destaca duas dimensões essenciais para os debates sobre a soberania alimentar, a primeira é o papel dos Estados na soberania alimentar (ou outros mecanismos de governança) e a segunda seria o papel dos mercados (ou outras formas de atribuição de fatores de produção e distribuição). E posiciona a soberania alimentar como uma rejeição progressiva da soberania do Estado liberal moderno que se baseia em noções alternativas de poder, território e economia para estabelecer novos modos de tomada de decisão e gerar novas subjetividades.

Em casos como Equador e Bolívia, a soberania alimentar foi incorporada à constituição nacional (Altieri e Toledo 2011; Heinsch, 2013; Flores, Ruivenkamp e Jongerden 2018; Giunta 2014; Peña 2016) e com projetos de reterritorialização plurinacional, reimaginando governança estatal e suas geografias a partir de epistemologias indígenas (Radcliffe e Radhuber 2020). Para Radcliffe e Radhuber (2020), o plurinacionalismo implica uma reconceitualização da soberania a partir da geopolítica marginal da produção de conhecimento e de alguns fatos específicos da soberania, como, por exemplo, o governo de Evo Morales na Bolívia (2006-2009), priorizou a



alimentação soberania como parte de um esforço de descolonização (apesar do impacto limitado de alguns programas na governação fundiária e na produção agrícola).

Segundo Dinerstein (2015), desde a década de 1980, a recriação da autonomia contra e para além da globalização neoliberal por parte de povos indígenas, sem-terra, desempregados, entre outros, está ligada à esperança. A autonomia tornou-se simultaneamente uma utopia mobilizadora e a forma organizacional de um processo multifacetado de prefiguração de realidades alternativas em contextos de vulnerabilidade urbana e rural, fome, privação social e adversidade política. Ele também sustenta que a exigência da reforma agrária vai além de uma reforma pragmática e abrange uma transformação mais ampla das relações sociais (capitalistas, patriarcais e coloniais). É uma demanda comprometida com a realidade do ainda não, de acordo com as condições materiais proporcionadas pelo contexto.

Esta ideia de autonomia é colocada por Gray e Patel (2015) como uma das razões que os críticos têm encontrado para questionar a coerência do conceito de soberania alimentar. O apelo à autonomia levanta a questão de quem deve ser autónomo e de quê. A pluralidade de ordens políticas e jurídicas indígenas dá origem a múltiplas soberanias alimentares que são vividas pelas nações indígenas e pelas suas múltiplas autoridades (Daigle, 2019).

### ***Atores e prioridades***

São muitos os atores, organizações, fóruns e movimentos que têm sido fundamentais no debate sobre a soberania alimentar. Alguns deles contribuíram para a formulação de políticas públicas, outros para a organização de



movimentos sociais e fóruns de discussão e debate relacionados. Menciono alguns deles aqui. O principal órgão intergovernamental da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) que serve de fórum para a discussão e revisão das políticas de segurança alimentar é o CFS. O CSA passou por uma reforma em 2009, após a crise alimentar de 2008, e tornou-se um órgão mais participativo, mais próximo das redes internacionais de segurança alimentar. Desde a reforma, a FAO (e consequentemente o CSA) é identificada como a organização central do sistema global de governação alimentar. Conta com forte participação de outras instituições que não os Estados, como o Mecanismo da Sociedade Civil e dos Povos Indígenas para as relações com o Comitê de Segurança Alimentar das Nações Unidas (MSCPI), o Mecanismo do Setor Privado (MSP) e o HLPE, este último constitui uma interface ciência-política para fornecer evidências científicas sobre questões que afetam a segurança alimentar e nutricional.

Em 2000, a LVC e outras 51 organizações da sociedade civil formaram o Comitê Internacional de Planejamento para a Soberania Alimentar (CIP ou IPC). Esta é uma plataforma que conta com grupos de trabalho sobre temas como agroecologia, diversidade agrícola, juventude, pesca, povos indígenas e florestas, água e território. Existem mais de 6.000 organizações e 300 milhões de pequenos produtores de alimentos que se auto-organizam através do CIP.<sup>12</sup> O CIP participou na reforma do CSA em 2009 e também trabalhou na proposta de criação do Mecanismo da Sociedade Civil do CSA. Para a América Latina e o Caribe, o CIP é representado pela Aliança para a Soberania Alimentar dos Povos

---

<sup>12</sup> Para saber más: <https://www.foodsovereignty.org/es/el-cip/>

da América Latina e do Caribe. Esta Aliança reúne 23 redes, movimentos e organizações regionais e continentais e 11 organizações nacionais. Atualmente a secretaria desta Aliança é a Coordenadora Latino-Americana de Organizações Rurais (CLOC-La Vía Campesina) da Argentina.

A LVC é um ator central no debate sobre a Soberania Alimentar, entre as suas prioridades delineadas na Declaração do Dia Mundial da Alimentação (16 de outubro de 2022), está a cessação da especulação alimentar, a cessação do controlo da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre o comércio alimentar e a exclusão da produção alimentar dos acordos de comércio livre; a criação de uma nova organização internacional para negociações transparentes em acordos comerciais. Exigem também mudanças radicais nas políticas internacionais, regionais e nacionais para reconstruir a soberania alimentar através da implementação de uma Reforma Agrária popular e abrangente; uma mudança para a agroecologia para produzir alimentos saudáveis; regulação eficaz do mercado de insumos (como créditos, fertilizantes, pesticidas, sementes, combustíveis); e estratégias nacionais para a acumulação pública de alimentos e apoio à criação de reservas a nível comunitário com alimentos produzidos localmente, entre outros.

A agroecologia tem sido uma das apostas feitas por vários atores e não só pela defesa da sociedade civil, mas também pelo crescente consenso sobre as falhas do sistema alimentar industrial (Canfield et al (2021)). LVC e MSCPI levaram a FAO e o CFS a reconhecerem cada vez mais o conceito de agroecologia. No CFS, o HLPE publicou em 2019 um relatório sobre Agroecologia e outras inovações para sistemas alimentares sustentáveis,



promovendo a agroecologia como um caminho de transformação para sistemas alimentares sustentáveis.

Outros atores importantes no debate sobre a soberania alimentar são o Movimento Latino-Americano de Agroecologia (MAELA), a Coordenadora Latino-Americana de Organizações Rurais (CLOC-La Vía Campesina), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Brasil (MST) e outras organizações e redes nacionais, e organizações não governamentais que apoiam projetos e iniciativas para fortalecer a soberania alimentar como FIAN, *Action Aid*, entre outras.

## Resultados e Discussão

Como foi ressaltado na introdução, para cumprir com o objetivo se realizaram três colóquios entre maio e outubro de 2022 de maneira remota com algumas redes e organizações nacionais de países como Colômbia, Equador, Brasil e República Dominicana. As organizações participantes foram *Acosemillas*, Ação Coletiva Comida de Verdade (ACCV), *Coletivo Agroecológico del Ecuador*, Confederação *Agrosolidaria* Colômbia, FAO Colômbia, FIAN Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), Grupo de Consumo Responsável Araçá, Grupo *Semillas*, Movimento de Pequenos Agricultores (MPA-CLOC/Vía Campesina), Rede Vencer Juntos e *Instituto de Desarrollo de la Economía Asociativa* (IDEAC). Foram discutidas questões relacionadas ao entendimento da soberania alimentar de cada organização, movimento ou coletivo, quais as principais ações, desafios, perspectivas e quais outros atores são importantes para a construção de suas ações.



O primeiro ponto de discussão nos colóquios era o do entendimento sobre o que é a soberania alimentar. Estas organizações têm entendimentos diversos, a maioria entende a soberania alimentar como um direito e se alinha ao conceito dado pela LVC, como, por exemplo:

“O que consideramos soberania alimentar é o direito que os países, povos e comunidades têm de definir as suas próprias políticas agrícolas, de ter acesso à terra, de produzir os seus próprios alimentos de forma saudável, sustentável, nutritiva e culturalmente adequada a cada contexto e território.” (*Acosemillas-Colombia*)

“É um direito das pessoas controlar o seu sistema agroalimentar. E isso tem várias implicações, precisamos de controle da água, da terra, das sementes, os recursos produtivos fundamentais têm que estar nas mãos da agricultura familiar camponesa, é a única capaz de fornecer alimentos saudáveis, sustentáveis e diversificados.” (*Colectivo Agroecológico del Ecuador*).

Outras organizações têm uma compreensão da soberania alimentar que inclui debates sobre segurança alimentar e nutricional (SAN). No caso do Brasil, construiu-se um conceito que reúne elementos tanto de segurança quanto de soberania alimentar, formulado a partir do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Na SAN, a alimentação ganha centralidade como direito e ao colocar a discussão do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas (DHANA) como central, alerta para os amplos deveres do Estado e também problematiza os efeitos ambientais dos sistemas alimentares não saudáveis e dietas e há centralidade nas políticas públicas para a produção, distribuição e consumo de alimentos mais saudáveis:

“A questão da segurança alimentar nutricional no Brasil tem uma construção diferente do resto do mundo, enquanto o resto do mundo vê a segurança alimentar como uma instituição de caridade, no Brasil desde 1986 um conceito de segurança começou a ser construído e em uma Lei de 2006 (...) O conceito de segurança alimentar abrange nutrição, segurança alimentar e nutricional, e está



ligado a questões de soberania, agroecologia e terra e território.” (ACCV-Brasil).

“No Brasil, o conceito de segurança alimentar e nutricional (SAN) nasceu em oposição ao conceito de segurança alimentar global, como uma crítica. E tem aquele pioneirismo de incorporar a nutrição ao conceito. Isso tem a ver com os atores que atuaram na construção desse conceito, com uma sociedade civil muito atuante...” (FBSSAN-Brasil)

“A soberania alimentar, tal como concebida na FAO, é a compreensão direta do direito das pessoas de definirem as suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo.” (FAO Colômbia).

Por outro lado, as organizações indígenas participantes<sup>13</sup> entendem que mais do que soberania alimentar, os povos indígenas falam em autonomia alimentar:

“Para os povos indígenas não falamos de soberania alimentar, mas de autonomia alimentar como um direito de autonomia dos povos indígenas para a produção e conservação dos seus alimentos.” (*Consejo Regional Indígena del Cauca – CRIC-Colômbia*).

Para a CRIC, os povos indígenas de Abya Yala são ancestralmente autônomos nos seus territórios e, por sua vez, nas suas formas de educação, saúde, justiça e governo. Com formas próprias de semear, cultivar, colher e comercializar e contempla a recuperação e proteção de sementes próprias, a produção orgânica, agroecológica e a recuperação de territórios. Eles concebem o território não apenas como terra, mas como espaços de convivência que envolvem floresta, água e locais sagrados. Nesse sentido, a autonomia das cidades e comunidades tradicionais fica ameaçada, quando a apropriação de terras e outros bens naturais pressiona as comunidades,

---

<sup>13</sup> Para a compreensão das autonomias alimentares a partir da perspectiva dos povos indígenas, as organizações participantes trouxeram contribuições de coletivos indígenas andinos. No entanto, o texto não inclui formulações provenientes de outros povos indígenas, como, por exemplo, os da Amazônia.

limitando a sua capacidade de alimentação e expulsando as pessoas do campo (FIAN, 2021).

Para além das concepções de soberania alimentar, nos colóquios estabeleceu-se um debate sobre as principais ações, perspectivas e desafios que as organizações enfrentam. Abaixo vemos uma sistematização do debate e alguns trechos das conversas que ilustram a discussão. Os principais desafios para a soberania alimentar na América Latina, apontados pelas organizações apontaram à expansão do capital agroindustrial (agronegócio); a pressão às comunidades camponesas e indígenas; os conflitos pela terra; a construção de vínculos de solidariedade entre campo e cidade; os impactos dos agrotóxicos na saúde e no campo, entre outros. Vemos a continuação dois trechos das entrevistas que apontam para alguns desses desafios:

“Os desafios identificados podem ser agrupados em três grandes blocos: o avanço das corporações do sistema agroalimentar, a quebra do apoio do Estado e a necessidade de garantir o direito à alimentação para todos” (ACCV - Brasil)

“Somos afetados pela inclusão de alimentos ultraprocessados nas diversas embalagens entregues pelos programas governamentais. Temos outro problema, que são os cultivos ilícitos que vêm deslocando essa mudança na produção, gerando perdas de sementes nativas e sua reposição” (CRIC-Colômbia)

“Agora, o avanço das políticas neoliberais também impulsiona a expansão do grande capital agroindustrial. Portanto, eles têm menos regulamentações, podem expandir-se mais facilmente, como a expansão do dendê na floresta tropical amazônica. Bem como o benefício de todas as indústrias agroexportadoras, o que resulta em pressão sobre os ecossistemas naturais e pressão sobre as comunidades camponesas, que continuam a ver fortes efeitos em seus territórios” (*Colectivo Agroecológico del Ecuador*).

Por outro lado, algumas das ações concretas que as organizações vêm desenvolvendo para a construção de uma soberania alimentar estão



relacionadas com campanhas de articulação, denúncia, incidência política; educação do consumo, impacto dos ultraprocessados e bebidas altamente açucaradas; formação para a transição agroecológica, participação em redes de escolas agroecológicas e redes de guardiãs de sementes; organização econômica das comunidades nos seus territórios e promoção de fundos rotativos e projetos de geração de renda e a promoção do acesso aos mercados institucionais para a agricultura familiar, entre outras. Aqui duas falas sobre as ações das organizações para a soberania alimentar:

“Procuramos desenvolver, como organização, os selos de origem dos produtos, dando visibilidade a quem os produz, às famílias que os fazem diretamente, os cultivam, os transformam... buscamos embalagens e sistemas de embalagem cada vez mais biodegradáveis ou reutilizáveis para evitar gasto de energia e produção de lixo, que acaba impactando nosso solo, nossos córregos e nossos rios” (*Confederación Agrosolidaria Colombia*).

“Neste momento estamos focando todo o trabalho de produção vinculado ao foco na soberania alimentar, mas, além disso, buscamos desenvolver o circuito completo desde a fase de produção até a fase de consumo, vinculando-se aos produtores” (IDEAC-República Dominicana).

“No campo da *advocacy*, das ações perante órgãos legislativos, judiciais, executivos e internacionais, os temas que a FIAN Brasil atua são: agrotóxicos; apoio à terra e ao território para a agricultura familiar (este eixo também trabalha com o programa nacional de alimentação escolar e com a compra de pelo menos 30% de produtos da agricultura familiar)” (FIAN-Brasil).

Finalmente, as prioridades das organizações surgem como a agroecologia como plataforma, luta pela terra, pela água, ecossistemas de abastecimento de alimentos, construção de políticas públicas (agricultura familiar, mercados institucionais, DHANA, diálogos vinculativos com o governo), circuitos de troca de solidariedade urbano-rural ; circuitos econômicos agroalimentares; circuitos comerciais agroecológicos (feiras de agricultores, cestas comunitárias, lojas, pequenos mercados); corredores agroalimentares

(espaços protegidos para produzir e transportar alimentos). Aqui estão algumas das declarações feitas pelas organizações sobre suas prioridades:

“Recuperar a terra das mãos dos camponeses para não continuarmos acorrentados ou sujeitos ao grande capital que controla as principais cadeias alimentares, como aqui o arroz, ou o milho, para nos libertarmos dessas cadeias. “Esse é o caminho da agroecologia e da soberania alimentar, da libertação do povo, da libertação dos camponeses.” (*Colectivo Agroecológico del Ecuador*).

“Quando falamos de soberania alimentar não podemos separá-la da questão do direito à reforma agrária rural que dá às populações acesso à terra, para decidirem como produzem alimentos, especialmente com que tipo de sementes contra esses modelos insustentáveis” que normalmente são. aqueles que são priorizados em nossas áreas locais e rurais em relação às sementes transgênicas e aos modelos de produção que controlam todos os meios de produção”.

Esses espaços de discussão com as organizações da sociedade civil acima mencionados, foram essenciais para ter uma visão geral da soberania alimentar na América Latina e participar de um espaço de debate sobre problemas comuns e ações organizadas a partir do nível local e de redes que atravessam fronteiras.

### Considerações Finais

A soberania alimentar permite repensar a relação entre soberania e território, pode reelaborar as noções centrais de soberania (território, economia e poder) dentro das estruturas existentes do Estado-nação liberal moderno trabalhando com, contra e entre as suas estruturas jurídicas; Assim, as práticas de soberania alimentar constitui “uma espécie de desobediência civil” que pode, pelo menos temporariamente, reterritorializar o espaço (Trauger 2014, p. 1145). Merino (2020) afirma que o poder também pode ser



reterritorializado a partir do projeto de soberania alimentar diante do sistema alimentar global.

A análise das transformações recentes nos sistemas agroalimentares globais, marcadas pela financeirização, transnacionalização e concentração de poder nas mãos de grandes corporações, evidencia a necessidade de implementar modelos alternativos fundamentados na soberania alimentar. Esse conceito, desenvolvido principalmente por movimentos sociais como *La Vía Campesina*, configura-se como um paradigma crítico que propõe o direito dos povos de definir políticas agrícolas e alimentares próprias, priorizando práticas produtivas sustentáveis, acesso equitativo a recursos naturais e respeito às tradições socioculturais locais. Na América Latina, a soberania alimentar apresenta-se como uma resposta estruturante às vulnerabilidades impostas pela hegemonia do modelo agroindustrial e às desigualdades históricas enfrentadas por populações camponesas e indígenas.

Os debates realizados com organizações da sociedade civil em países como Brasil, Colômbia, Equador e República Dominicana corroboram a centralidade da agroecologia, dos circuitos curtos de comercialização e do fortalecimento das redes locais no enfrentamento aos desafios impostos pela expansão do agronegócio e pelas políticas econômicas neoliberais. As iniciativas destacadas, como a educação para o consumo responsável, a preservação de sementes nativas e a promoção de sistemas produtivos agroecológicos, demonstram avanços significativos no fortalecimento da autonomia alimentar. Contudo, os desafios decorrentes da pressão sobre os ecossistemas e da apropriação de recursos naturais requerem respostas mais robustas e articuladas.



## Bibliografía

AB. VII Conferencia Internacional de La Vía Campesina: Declaración de Euskal Herria - Vía Campesina, Vía Campesina Español. 2017. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/vii-conferencia-internacional-la-via-campesina-declaracion-euskal-herria/>. Acesso em: 5 out. 2022.

ACCV. Ação coletiva comida de verdade: resultados de pesquisa e indicativos de ação. 2021. Disponível em: [http://rete.inf.br/wp-content/uploads/2021/11/VF\\_Relatorio\\_ACCV.pdf](http://rete.inf.br/wp-content/uploads/2021/11/VF_Relatorio_ACCV.pdf). Acesso em: 2021.

ALTIERI, Miguel A.; TOLEDO, Victor M. The agroecological revolution in Latin America: Rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. *Journal of Peasant Studies*, v. 38, n. 3, p. 587–612, 2011.

BERNSTEIN, Henry. Food sovereignty via the ‘peasant way’: A sceptical view. *Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 6, p. 1031–1063, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150.2013.852082>.

BLAY-PALMER, A.; CAREY, Rachel E. V.; MATTHEW, R. Post-COVID 19 and food pathways to sustainable transformation. *Agriculture and Human Values*, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10460-020-10051-7>.

DAIGLE, Michelle. Tracing the terrain of Indigenous food sovereignties. *The Journal of Peasant Studies*, v. 46, n. 2, p. 297-315, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150.2017.1324423>.

DESMARAIS, Anette Amerie; NICHOLSON, Paul. La Vía Campesina: An historical and political analysis. In: LA VIA CAMPESINA’S OPEN BOOK: CELEBRATING 20 YEARS OF STRUGGLE AND HOPE. 2013.

DINERSTEIN, Ana Cecilia. The Politics of Autonomy in Latin America: The Art of Organising Hope. Londres: Palgrave Macmillan UK, 2015.

CANFIELD, Matthew; ANDERSON, Molly; McMICHAEL, Philip. UN Food Systems Summit 2021: Dismantling Democracy and Resetting Corporate Control of Food

Systems. *Frontiers in Sustainable Food Systems*, v. 5, 661552, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fsufs.2021.661552>.

CASTILLA-CARRASCAL, Ivette Tatiana. Sociedade Civil e Segurança Alimentar na CPLP: O papel da Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional REDSAN-CPLP. *Revista Política Hoje*, v. 29, n. 1, p. 8-26, 2020.

CASTILLA-CARRASCAL, Ivette Tatiana. Intercultural economic solidarity circuits: The case of Utopia Basket and participative consumer profile in Ecuador's outskirts. *Journal of Rural Studies*, v. 85, p. 91-97, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2021.03.002>.

CLAPP, Jennifer; ISAKSON, Ryan S. Risky Returns: The Implications of Financialization in the Food System. *Development and Change*, v. 49, n. 2, p. 437-460, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/dech.12376>.

CLAPP, Jennifer; NOYES, Indra; GRANT, Zachary. The Food Systems Summit's Failure to Address Corporate Power. *Development*, v. 64, n. 3, p. 192-198, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/s41301-021-00303-2>.

EDELMAN, Marc. Food sovereignty: Forgotten genealogies and future regulatory challenges. *The Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 6, p. 959-978, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150.2013.876998>.

EDELMAN, Marc; WEIS, Tony; BAVISKAR, Amita; BORRAS, Saturnino; HOLT-GIMÉNEZ, Eric; KANDIYOTI, Deniz; WOLFORD, Wendy. Introduction: Critical perspectives on food sovereignty. *The Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 6, p. 911-931, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150.2014.963568>.

EPSTEIN, Gerald A. *Financialization and the world economy*. Cheltenham: Edward Elgar Pub, 2005.

FAKHRI, Michael; HILAL ELVER; SCHUTTER, Olivier de. The UN Food Systems Summit: How not to Respond to the Urgency of Reform. *Inter Press Services*, 22 mar. 2021. Disponível em: <http://www.ipsnews.net/2021/03/un-food-systems-summit-not-respond-urgency-reform/>.

FAO. *The State of Food Insecurity in the World 2001*. Roma: FAO, 2002.

FAO. Trade reforms and food security: conceptualising the linkages. Roma: Commodity Policy and Projections Service, Commodities and Trade Division, 2003.

FAO; IFAD; WHO; WFP; UNICEF. Versão resumida de El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2024. 2024. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/9062fede-855a-4da6-84fd-bfac08e5b697/content>.

FIAN. Informe Dhana 2021: pandemia, desigualdade e fome. Organização de Valéria Torres Amaral Burity, Nayara Côrtes Rocha. Brasília, DF: FIAN Brasil, 2021.

FLORES, Alexandra M.; RUIVENKAMP, Guido; JONGERDEN, J. Joost. Drafting a law, dissolving a proposal: Food sovereignty and the state in Ecuador. *Agrarian South: Journal of Political Economy*, v. 7, n. 3, p. 1–30, 2018. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/home/ags>.

GIUNTA, Isabella. Food sovereignty in Ecuador: Peasant struggles and the challenge of institutionalization. *Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 6, p. 1201–1224, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150.2014.938057>.

GRAY, Sam; PATEL, Raj. Food sovereignty as decolonization: Some contributions from indigenous movements to food system and development politics. *Agriculture and Human Values*, v. 32, n. 3, p. 431–444, 2015.

HEINISCH, Claire. Soberanía alimentaria: un análisis del concepto. In: HIDALGO, Francisco; LACROIX, Pierril; ROMÁN, Paola (Eds.). *Comercialización y soberanía alimentaria*. Quito: SIPAE, 2013.

HLPE. Food Security and Nutrition: Building a Global Narrative Towards 2030. Roma: High-Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, 2020.

JIMÉNEZ, Jorge. Movimiento de economía social y solidaria de Ecuador. In: Circuitos Económicos Solidarios Interculturales. *Revista de la Academia*, v. 21, p. 101–128, 2016.

McMICHAEL, Philip. Development and social change: A global perspective. Thousand Oaks; Londres: Pine Forge, 2008.

McMICHAEL, Philip. Historicizing food sovereignty. *Journal of Peasant Studies*, p. 1–25, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150.2013.876999>.

MERT-CAKAL, Tezcan; MIELE, Mara. 'Workable utopias' for social change through inclusion and empowerment? Community-supported agriculture (CSA) in Wales as social innovation. *Agriculture and Human Values*, v. 37, n. 4, p. 1241–1260, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10460-020-10141-6>.

MICHEL-VILLARREAL, Rosario; HINGLEY, Martin; CANAVARI, Maurizio; BREGOLI, Ilenia. Sustainability in alternative food networks: A systematic literature review. *Sustainability*, v. 11, 859, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su11030859>.

MARTÍNEZ-TORRES, Maria Elena; ROSSET, Peter M. La Vía Campesina: The Birth and evolution of a transnational social movement. *Journal of Peasant Studies*, v. 37, n. 1, p. 149–175, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150903498804>.

MARTÍNEZ-TORRES, Maria Elena; ROSSET, Peter M. Diálogo de saberes in La Vía Campesina: Food sovereignty and agroecology. *The Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 6, p. 979–997, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150.2013.872632>.

MERINO, Roger. The Geopolitics of Food Security and Food Sovereignty in Latin America: Harmonizing Competing Visions or Reinforcing Extractive Agriculture? *Geopolitics*, v. 27, n. 3, p. 898–920, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14650045.2020.1835864>.

MORAGUES-FAUS, Ana. Distributive food systems to build just and liveable futures. *Agriculture and Human Values*, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10460-020-10087-9>.

NIEDERLE, Paulo André; WESZ JÚNIOR, Waldemar J. *As novas ordens alimentares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

NYÉLÉNI. Proceedings of the forum for food sovereignty held in Selengué, Mali, February 23–27. 2007.

PATEL, Raj. Food sovereignty. *The Journal of Peasant Studies*, v. 36, n. 3, p. 663–706, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150903143079>.

PEÑA, Karla. Social movements, the state, and the making of food sovereignty in Ecuador. *Latin American Perspectives*, v. 43, n. 1, p. 221–237, 2016. Disponível em: <http://doi.org/10.1177/0094582X15571278>.

PIERRICK. Hidup petani, Hidup! - Report of the VI international Conference of La Via Campesina. Via Campesina English, 2014. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/hidup-petani-hidup/>. Acesso em: 4 nov. 2023.

PIMBERT, M. Food Sovereignty. In: FERRANTI, P.; BERRY, E.; JOCK, A. (Eds.). *Encyclopaedia of Food Security and Sustainability*. Elsevier, 2019. p. 181–189.

RADCLIFFE, Sarah A.; RADHUBER, Isabela M. The political geographies of d/decolonization: Variegation and decolonial challenges of/in geography. *Political Geography*, v. 78, abril de 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2019.102128>.

ROSSET, Peter. Food sovereignty: Global rallying cry of farmer movements. Oakland: Institute for Food and Development Policy, 2003.

SCHANBACHER, William D. *The politics of food: The global conflict between food security and food sovereignty*. Santa Barbara, CA: Praeger, 2010.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. 2013. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/6451>.

SVAMPA, Maristella. Commodities Consensus: Neoextractivism and Enclosure of the Commons in Latin America. *South Atlantic Quarterly*, v. 114, n. 1, p. 65–82, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1215/00382876-2831290>.

SVAMPA, Maristella. *Las fronteras del neoextractivismo en América Latina: Conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias*. Bielefeld: Bielefeld University Press, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.14361/9783839445266>.

SWINBURN, Boyd A.; KRAAK, Vivica I.; ALLENDER, Steven; ATKINS, Valerie J.; BAKER, Phillip I.; BOGARD, Jessica R.; et al. The global syndemic of obesity, undernutrition, and climate change: The Lancet Commission report. *Lancet*, v. 393, p. 791–846, 2019. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(18\)32822-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(18)32822-8).

TRAUGER, Amy. Toward a political geography of food sovereignty: Transforming territory, exchange and power in the liberal sovereign state. *The Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 6, p. 1131–1152, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150.2014.937339>.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. Peasant-driven agricultural growth and food sovereignty. *Journal of Peasant Studies*, p. 1–32, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150.2013.876997>.

VIA CAMPESINA. La Via Campesina: Proceedings from the II International Conference of the Via Campesina, Mexico, April 18–21, 1996. Brussels: NCOS Publications.

VÍA CAMPESINA. ¿Qué es la soberanía alimentaria? Disponível em: <https://viacampesina.org/es/que-es-la-soberania-alimentaria/>. Acesso em: 1 set. 2022.



## **Soberania Alimentar na América Latina: agendas, prioridades e desafios para a sociedade civil**

### **Resumo**

O objetivo deste artigo é refletir sobre a construção da soberania alimentar na América Latina frente às recentes transformações, novos atores, agendas, prioridades e desafios. Para cumprir com esse objetivo foram realizadas três colóquios entre maio e outubro de 2022 remotamente com algumas redes e organizações nacionais de países como Colômbia, Equador, Brasil e República Dominicana. Foram discutidas questões relacionadas ao entendimento da soberania alimentar de cada organização, movimento ou coletivo, quais as principais ações, desafios, perspectivas e quais outros atores são importantes para a construção de suas ações. Os resultados indicam que a soberania alimentar é amplamente entendida como o direito de povos e comunidades de definir suas políticas alimentares, priorizando métodos sustentáveis, acesso equitativo aos recursos produtivos e respeito às tradições culturais. As organizações participantes destacaram a importância da agroecologia, da preservação de sementes nativas e dos circuitos curtos de comercialização como estratégias para resistir à pressão do agronegócio e das políticas neoliberais.

**Palavras chaves:** soberania alimentar, América Latina, sociedade civil, sistema agroalimentar.

## **Soberanía Alimentaria en América Latina: agendas, prioridades y desafíos para la sociedad civil.**

### **Resumen**

El objetivo de este artículo es reflexionar sobre la construcción de la soberanía alimentaria en América Latina frente a las transformaciones recientes, nuevos actores, agendas, prioridades y desafíos. Para lograr este objetivo, se realizaron tres conversaciones de forma remota entre mayo y octubre de 2022 con algunas redes y organizaciones nacionales de países como Colombia, Ecuador, Brasil y República Dominicana. Se discutieron temas relacionados con la comprensión de la soberanía alimentaria de cada organización, movimiento o colectivo, cuáles son las principales acciones, desafíos, perspectivas y qué otros actores son importantes para la construcción de sus acciones. Los resultados indican que la soberanía alimentaria es ampliamente entendida como el derecho de los pueblos y comunidades a definir sus políticas alimentarias, priorizando métodos sostenibles, el acceso equitativo a los recursos productivos y el respeto a las tradiciones culturales. Las organizaciones participantes resaltaron la importancia de la agroecología, la preservación de semillas nativas y los circuitos cortos de comercialización como estrategias para resistir la presión de los agronegocios y las políticas neoliberales.

**Palabras clave:** soberanía alimentaria, América Latina, sociedad civil, sistema agroalimentario.

## **Food Sovereignty in Latin America: Agendas, Priorities, and Challenges for Civil Society.**

### **Abstract**

The objective of this article is to reflect on the construction of food sovereignty in Latin America in light of recent transformations, new actors, agendas, priorities, and challenges. To achieve

this objective, three remote conversations were held between May and October 2022 with some national networks and organizations from countries such as Colombia, Ecuador, Brazil, and the Dominican Republic. Issues related to the understanding of food sovereignty of each organization, movement, or collective were discussed, as well as the main actions, challenges, perspectives, and which other actors are important for the construction of their actions. The results indicate that food sovereignty is broadly understood as the right of peoples and communities to define their food policies, prioritizing sustainable methods, equitable access to productive resources, and respect for cultural traditions. The participating organizations highlighted the importance of agroecology, the preservation of native seeds, and short marketing circuits as strategies to resist pressure from agribusiness and neoliberal policies.

**Keywords:** food sovereignty, Latin America, civil society, agrifood system.

